



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026 – UASG 020001**

**CONTRATAÇÃO 20001 – 152/2026**

**EDITAL**

**ITENS EXCLUSIVOS PARA ME OU EPP**

**(Processo nº 00200.000032/2026-04)**

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 1.715, de 2026, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal, estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.000032/2026-04, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinada à **contratação do fornecimento de mobiliário residencial, para uso nas residências oficiais dos Senadores e na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

**DATA: 23/07/2026**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30**

**SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**CAPÍTULO I - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para **contratação do fornecimento de mobiliário residencial, para uso nas residências oficiais dos Senadores e na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

**1.1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

## **CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**2.1.1.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2.** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2.** Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**2.3.** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

**2.3.1.** tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

**2.3.2.** estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

**2.3.3.** tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

**2.3.4.** estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

**2.3.5.** encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

**2.3.6.** constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**2.3.7.** em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

**2.4.** A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:



## SENADO FEDERAL

**2.4.1.** SICAF e Relação de Servidores disponível no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

**2.4.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**2.4.3.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

**2.4.4.** Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

**2.5.** Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

**2.6.** Não poderão participar dos **itens 5, 10, 13 e 15 (itens exclusivos)** da presente licitação as empresas que não se encaixem na condição de microempresas e empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas enquadradas na condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007.

**2.7.** As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**2.8.** É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

### CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

**3.1.** A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**3.2.** A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

**3.2.1.** Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**3.3.** Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

**3.4.** O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:



## SENADO FEDERAL

**3.4.1. Prazo de entrega** de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

**3.4.2. Prazo de garantia** do produto de, no mínimo, 12 (doze) meses consecutivos, contados do recebimento definitivo do objeto.

**3.5.** A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

**3.6.** A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

**3.6.1.** de condições de participação:

**3.6.1.1.** sobre ciência do edital;

**3.6.1.2.** sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

**3.6.2.** para fins de habilitação:

**3.6.2.1.** sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

**3.6.2.2.** sobre inexistência de impedimento à habilitação;

**3.6.2.3.** sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

**3.6.2.4.** sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**3.6.2.5.** sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

**3.6.3.** de cumprimento da legislação trabalhista:

**3.6.3.1.** sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

**3.6.3.2.** sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**3.7.** A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, ou queira participar da licitação **dos itens 5, 10, 13 e 15 (itens exclusivos)**, deverá declarar em campo próprio do sistema.

**3.8.** Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**3.9.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

**3.10.** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.



## SENADO FEDERAL

**3.10.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**3.11.** A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

### **CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA**

**4.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**4.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

**4.2.1.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo *e-mail* [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

**4.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**4.4.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**4.5.** No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**4.6.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

### **CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS**

**5.1.** A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

**5.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

**5.3.** Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:



## SENADO FEDERAL

**5.3.1.** proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

**5.3.2.** proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexecuibilidade;

**5.4.** Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

**5.5.** Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

### CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

**6.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**6.2.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**6.3.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**6.4.** Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

**6.4.1.** Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

**6.4.2.** Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 6.4 e diante do exposto no item 6.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36/2023.

**6.4.3.** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

**6.4.4.** Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

**6.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



## SENADO FEDERAL

**6.5.1.** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.6.** Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**6.6.1.** A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

**6.7.** Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

### **CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1.** Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 48 da Lei nº Complementar nº 123/2006.

**7.2.** Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

**7.3.** Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.3.1.** Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

**7.3.1.1.** a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

**7.3.1.2.** não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**7.3.2.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.



## SENADO FEDERAL

**7.4.** A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.4.1.** Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

**7.4.2.** Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

### **CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO**

**8.1.** O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item.

### **CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO**

**9.1.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**9.1.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**9.1.2.** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

### **CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**10.1.** O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 4 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.



## SENADO FEDERAL

**10.1.1.** Por força do disposto no art. 17, II, da Lei nº 6.938/1981 e das Instruções Normativas IBAMA nº 06/2013 e 31/2009, como condição de aceitabilidade da proposta, será verificado, pelo Pregoeiro, mediante consulta ao link [https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado\\_regularidade\\_consulta.php](https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php), se o fabricante dos itens licitados (e não necessariamente a Contratada) está incluso no Cadastro Técnico Federal.

**10.1.1.1.** Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, a licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

**10.1.2.** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

**10.1.3.** O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**10.1.4.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**10.1.5.** O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos ofertados.

**10.1.6.** Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**10.1.7.** A proposta será desclassificada quando:

**10.1.7.1.** contiver vícios insanáveis;

**10.1.7.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**10.1.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

**10.1.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

**10.1.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**10.1.8.** O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no subitem 10.1.7.4.

**10.2.** O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo 1).



## SENADO FEDERAL

**10.2.1.** O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**10.2.2.** Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.3.** Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

### CAPÍTULO XI– DA HABILITAÇÃO

**11.1.** A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

**11.1.1.** Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**11.2.** Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

**11.3.** Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

#### **11.3.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**11.3.1.1.** Balanço patrimonial do último exercício social, exceto para os itens 5, 10, 13 e 15, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

**a)** que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

**b)** que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

**b.1)** Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

**b.2)** Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e

**b.3)** Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .



## SENADO FEDERAL

**11.3.1.2.** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **11.3.2. OUTROS DOCUMENTOS:**

**11.3.2.1.** A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 3.6.2 deste edital.

**11.4.** Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

**11.4.1.** O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**11.4.2.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**11.4.3.** Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**11.5.** A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

**11.5.1.** Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar à licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

**11.5.1.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

**11.6.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

**11.6.1.** a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame, inclusive quanto à veracidade das declarações relacionadas no CAPÍTULO III, quando presentes fundados indícios que apontem divergências quanto ao teor das informações prestadas;

**11.6.1.1.** em relação ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, diante de fundados indícios de descumprimento das exigências de reserva de cargos, o Pregoeiro, de forma motivada, poderá conceder prazo à licitante para a apresentação de informações e de documentação apta a demonstrar a veracidade da declaração, incluindo evidências e justificativas dos esforços empreendidos pela licitante a fim de preencher o percentual legal de vagas.



## SENADO FEDERAL

**11.6.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**11.6.3.** suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

**11.6.4.** suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**11.7.** A apresentação de documentos de que trata o subitem 11.6 será realizada em observância ao disposto no item 11.8 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.

**11.8.** Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

**11.8.1.** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

**11.8.2.** O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**11.8.3.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**11.8.4.** Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 11.6 e 11.8 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**11.9.** Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

**11.9.1.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**11.9.2.** Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**11.10.** Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.



## SENADO FEDERAL

**11.11.** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.11.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**11.11.2.** A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**11.12.** O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**11.12.1.** Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

**11.13.** Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**11.13.1.** Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

**11.13.1.1.** identidade dos sócios;

**11.13.1.2.** atuação no mesmo ramo de atividades;

**11.13.1.3.** data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

**11.13.1.4.** compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

**11.13.1.5.** identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

**11.13.1.6.** identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

**11.13.2.** Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio



## SENADO FEDERAL

do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

**11.13.3.** Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

**11.13.3.1.** inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

**11.13.3.2.** relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

### **CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**12.1.** Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

**12.2.** Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

### **CAPÍTULO XIII – DO RECURSO**

**13.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**13.1.1.** O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

**13.1.2.** Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

**13.1.3.** Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

**13.2.** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.



## SENADO FEDERAL

**13.2.1.** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**13.3.** O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**13.4.** O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**14.1.** O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

**14.2.** A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

**14.3.** O objeto deste Pregão será adjudicado por item à(s) vencedora(s) do certame.

### CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO

**15.1.** Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**15.1.1.** O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**15.1.2.** Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

**15.1.3.** O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 15.1.

**15.1.4.** Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.1.** – Nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro positivo no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais)



## SENADO FEDERAL

em nome da licitante adjudicatária constitui fator impeditivo para a sua contratação, observado o disposto no item 15.2.3.

**15.2.2.** – Em atenção ao que determina o art. 6º da Lei nº 10.522/2002, anteriormente à celebração do contrato, o Senado Federal realizará consulta ao CADIN para verificar se a licitante adjudicatária possui débitos ativos com a Administração Pública Federal.

**15.2.3.** – Havendo registro positivo no CADIN, quando da convocação para assinatura do contrato, a empresa vencedora será notificada a promover e a comprovar a regularização da situação de inadimplência no prazo previsto no item 15.1, sob pena de decair seu direito à contratação do objeto.

**15.2.4.** – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SENADO, desde que haja solicitação da licitante devidamente justificada e apresentada antes do transcurso do prazo informado no item 15.2.3.

**15.2.5.** – Não havendo a comprovação de regularização da situação junto ao CADIN dentro do prazo, incluindo a eventual prorrogação de que trata o item 15.2.4, decairá para a licitante vencedora o direito à contratação do objeto da licitação, sendo facultado ao SENADO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o procedimento licitatório.

## CAPÍTULO XVI – DAS PENALIDADES

**16.1.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 15.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

**16.2.** As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 15.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 16.1.

**16.3.** Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**16.4.** Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**16.5.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## CAPÍTULO XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**17.1.** Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste



## SENADO FEDERAL

Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br).

**17.2.** Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

**17.2.1.** A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**17.3.** Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**17.4.** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br).

**17.4.1.** O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**17.5.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.

## CAPÍTULO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**18.1.** O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

**18.2.** Integram este edital os seguintes anexos:

**Anexo 1** – Termo de Referência;

**Anexo 2** – Especificações Técnicas;

**Anexo 3** – Minuta do Contrato; e

**Anexo 4** – Modelo de Apresentação de Proposta.

**18.3.** Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

**18.4.** É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanar ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**18.5.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.



## SENADO FEDERAL

**18.6.** As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**18.7.** A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

**18.8.** As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Senado Federal, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

**18.9.** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

### CAPÍTULO XIX – DO FORO

**19.1.** Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 2 de julho de 2026.

**MARCUS VINICIUS DE MIRANDA CASTRO**  
**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026**

**CONTRATAÇÃO 20001 – 152/2026**

**(Processo nº 00200.000032/2026-04)**

**ANEXO 1**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>OBJETO</b>	Contratação do fornecimento de mobiliário residencial, para uso nas residências oficiais dos Senadores e na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal.						
<b>ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO</b>	Conforme Anexo 2 do edital.						
<b>JUSTIFICATIVA</b>	A aquisição tem por objetivo atender demandas oriundas de parlamentares residentes nos apartamentos funcionais e da residência oficial da Presidência do Senado Federal, a fim de repor e mobiliar adequadamente as unidades funcionais, de modo a não comprometer as condições de habitabilidade dos imóveis.						
<b>ADJUDICAÇÃO</b>	Menor preço por item.						
<b>PREÇO(S) ESTIMADO(S) E QUANTIDADE(S)</b>	<b>Item</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Descrição resumida</b>	<b>Preço Unitário (R\$)</b>	<b>Preço Total (R\$)</b>	<b>CATMAT</b>
	1	Unidade	10	Aparador para sala (AP-01)	9.750,00	97.500,00	476894
	2	Unidade	10	Aparador tipo bufê (BF-01)	14.870,00	148.700,00	476894
	3	Unidade	80	Cadeira para sala (CA 01)	4.500,00	360.000,00	247412
	4	Unidade	80	Cadeira sem braços para sala de jantar (CA-02)	1.932,00	154.560,00	207099
	5*	Unidade	30	Cadeira com braços para sala de jantar (CA-03)	2.318,40	69.552,00	207099
	6	Unidade	40	Cadeira para telefone (CT-01)	2.183,00	87.320,00	247412
	7	Unidade	40	Poltrona com banquetas – pufe (PL-01)	6.720,30	268.812,00	621484



SENADO FEDERAL

	8	Unidade	10	Sofá de 2 lugares (SF-01)	9.300,00	93.000,00	470186
	9	Unidade	10	Sofá de 3 lugares (SF-02)	10.450,00	104.500,00	470187
	10*	Unidade	5	Sofá de 4 lugares (SF-03)	14.800,00	74.000,00	470187
	11	Unidade	20	Mesa de cabeceira (CD-02)	4.525,00	90.500,00	607076
	12	Unidade	10	Mesa para copa com 4 cadeiras (CP-01)	9.625,00	96.250,00	626657
	13*	Unidade	5	Mesa de centro (MC-02)	7.403,20	37.016,00	232025
	14	Unidade	6	Mesa de jantar (MJ-01)	17.236,00	103.416,00	264674
	15*	Unidade	10	Mesa lateral (ML-02)	6.101,40	61.014,00	232025
	<b>*Itens exclusivos para ME/EPP</b>						
	<b>Valor total estimado da contratação - R\$ 1.846.140,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e seis mil, cento e quarenta reais).</b>						
<b>VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>	Conforme Cláusula Décima Segunda da minuta de contrato (Anexo 3).						
<b>PRAZO DE ENTREGA</b>	De, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.						
<b>PRAZO DE GARANTIA</b>	De, no mínimo, 12 (doze) meses consecutivos, contados do recebimento definitivo do objeto.						
<b>FORMA DE PAGAMENTO</b>	Conforme Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 3).						
<b>CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	Programa de Trabalho: 167456 Natureza da Despesa: 449052						
<b>LOCAL DE ENTREGA</b>	Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO, situada na SQS 309, Bloco G, Entradas 1 e 2, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.362-070 ou em qualquer outra localidade, nas dependências do Senado Federal, a ser indicada pelo gestor.						
<b>FISCALIZAÇÃO</b>	Conforme Cláusula Nona da minuta de contrato (Anexo 3).						

Brasília, 2 de julho de 2026.

**MARCUS VINICIUS DE MIRANDA CASTRO**  
**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026**

**CONTRATAÇÃO 20001 – 152/2026**

**(Processo nº 00200.000032/2026-04)**

**ANEXO 2**

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade	Especificações
1	10	Unidade	Aparador para sala (AP-01)
2	10	Unidade	Aparador tipo bufê (BF-01)
3	80	Unidade	Cadeira para sala (CA-01)
4	80	Unidade	Cadeira sem braços para sala de jantar (CA-02)
5	30	Unidade	Cadeira com braços para sala de jantar (CA-03)
6	40	Unidade	Cadeira para telefone (CT-01)
7	40	Unidade	Poltrona com banquetas – pufe (PL-01)
8	10	Unidade	Sofá de 2 lugares (SF-01)
9	10	Unidade	Sofá de 3 lugares (SF-02)
10	5	Unidade	Sofá de 4 lugares (SF-03)
11	20	Unidade	Mesa de cabeceira (CD-02)
12	10	Unidade	Mesa para copa com 4 cadeiras (CP-01)
13	5	Unidade	Mesa de centro (MC-02)
14	6	Unidade	Mesa de jantar (MJ-01)
15	10	Unidade	Mesa lateral (ML-02)



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 1:**

#### **APARADOR PARA SALA (AP-01)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** totalmente estruturado em madeira maciça, caracterizado por 4 (quatro) pés em estilo Luiz XV, dotado de um tampo com as seguintes características:
- **Opção 1:** tampo em madeira maciça, formado por uma estrutura de madeira retangular, unindo-se nos cantos por meias-esquadrias, com bordas emolduradas e com um painel central de vidro incolor e liso com no mínimo 10 mm de espessura.
- **Opção 2:** tampo em mármore bege-bahia com bordas emolduradas.
- **Acabamento:** a madeira será tingida, imitando imbuia, na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Dimensões** (conforme projeto): L 140 cm x P 40cm x A 80 cm.

##### **Observações Gerais:**

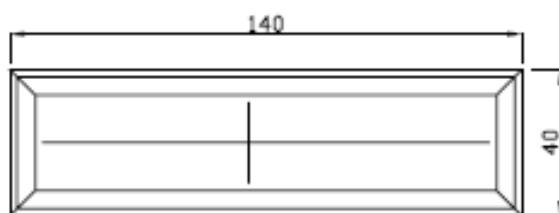
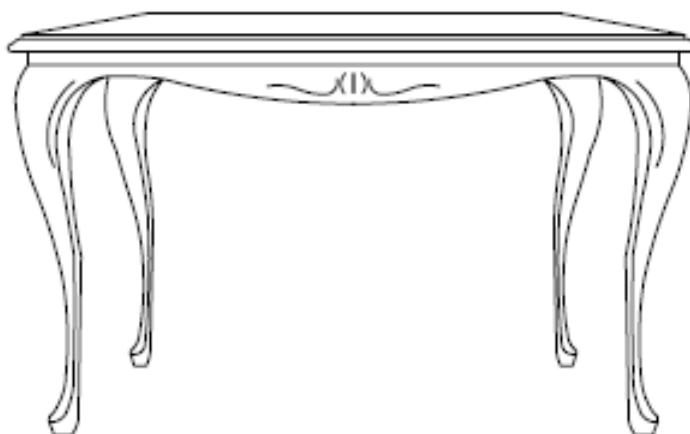
- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- O aparador deverá seguir o projeto em anexo, onde serão admitidas pequenas variações no design e outras como: detalhes na madeira, apliques etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam a sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.



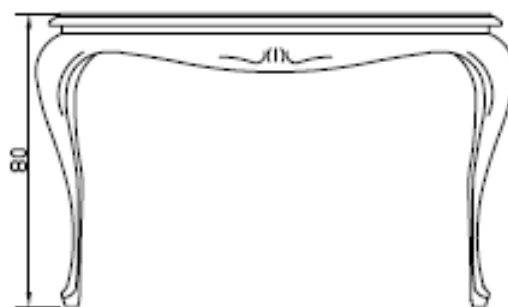
SENADO FEDERAL

2

MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL  
MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA SUPERIOR



VISTA FRONTAL

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES		PROJETO DE MÓVEIS	
MATERIAL: MADEIRA COM TINTIMENTO NA COR CASTANHO-MÉDIO		APARADOR PARA SALA	
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FORCO		UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHO SEN. REGALA
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO			



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 2:**

#### **APARADOR TIPO BUFÊ (BF-01)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** em madeira compensada ou MDF de no mínimo 18mm de espessura (quando não especificada), caracterizada por um fundo de madeira compensada ou MDF de no mínimo 4mm de espessura, painéis laterais inteiriços, gavetas em sua parte superior e portas com uma prateleira longitudinal interna.
- **Gavetas:** serão em número de 4 (quatro), conforme projeto, sendo totalmente confeccionadas em madeira maciça, com fundo em compensado ou MDF de 4mm. A frente das gavetas terá espessura de material igual às portas e será arredondada em sua parte frontal.
- **Portas:** serão em número de 4 (quatro), conforme projeto, sendo totalmente confeccionadas em madeira compensada ou MDF de mínimo 18 mm de espessura e bordas arredondadas em sua parte externa.
- **Tampo superior:** caracterizado por uma estrutura em madeira maciça de seção aproximadamente retangular, emoldurada, unindo-se nos cantos por meias-esquadrias, "rasgado" para o recebimento de um painel central com as seguintes características:
  - **Opção 1:** painel central do tampo em madeira compensada ou MDF de no mínimo 18 mm de espessura.
  - **Opção 2:** painel central do tampo em mármore bege-bahia encaixado e alinhado pela parte de cima de tampo.
- **Revestimento:** toda madeira compensada ou MDF deverá ser totalmente revestida em laminado de madeira maciça, aplicado em prensa a quente.
- **Acabamento:** a madeira será tingida, imitando imbúia, na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Puxadores, dobradiças e fechadura:** os puxadores das portas e das gavetas serão metálicos e salientes. Cada conjunto de 2 (duas) portas deverá ter 4 (quatro) dobradiças, com mola, metálicas, 2 (dois) trincos metálicos e uma fechadura metálica com chave colonial na cor preta.
- **Dimensões (conforme projeto):** L total 170 cm x P 50cm x A 85 cm.

##### **Observações Gerais:**

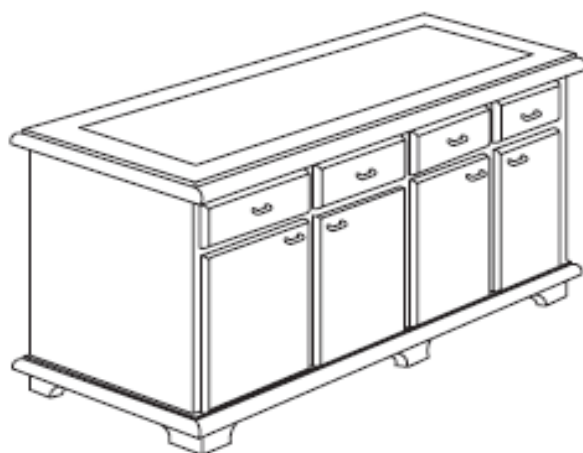
- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem manchas de fungos ou furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- O bufê deverá seguir o projeto em anexo, onde serão admitidas pequenas variações no design e outras como: detalhes na madeira, apliques etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e as espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam a sua funcionalidade.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.



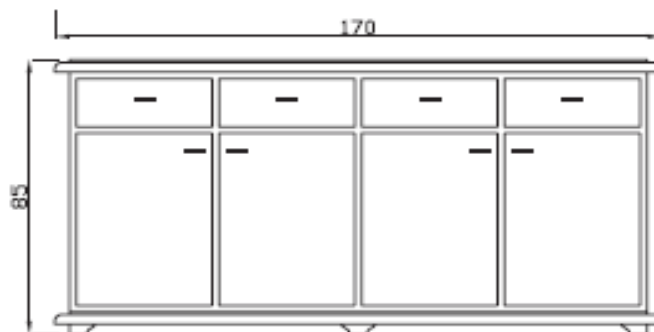
SENADO FEDERAL

6

MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL  
MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA LATERAL



VISTA FRONTAL

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES		PROJETO DE MÓVEIS	
MATERIAL: MADEIRA COM TINTIMENTO NA COR BASTANHO (MÉDIO)		APARADOR TIPO BUFÊ	
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FOSCO		UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHO SEM ESCALA
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO		 BFC 1	



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 3:**

#### **CADEIRA PARA SALA (CA-01)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** cadeira com braços e estrutura reforçada, totalmente confeccionada em madeira maciça.
- **Pés:** o design dos pés seguirá o estilo Luiz XV. Os pés traseiros deverão ter uma ligeira inclinação em relação ao plano vertical (para trás), visando dar maior estabilidade à cadeira.
- **Assento e encosto:** o encosto deverá ser circundado por madeira aparente. Os assentos deverão possuir uma ligeira inclinação a menos na parte de trás variando entre 3° e 5° (graus) e o encosto será inclinado em relação ao plano horizontal, variando entre 95° e 105° (graus).
- **Braços:** em madeira aparente, com acolchoamento em sua parte mediana.
- **Acolchoamento:** será integralmente em espuma indeformável, sendo que o encosto/braços e o assento serão acolchoados em espuma D-26 e D-28, respectivamente. O acolchoamento de assento será feito por uma almofada solta, com no mínimo 8cm de espessura, recoberta por uma camada de acrílico a fim de evitar a deformação dos tecidos e dotada de dispositivo de retirada do tecido, do tipo "zíper", para a lavagem do mesmo.
- **Revestimento:** integralmente revestida com tecido de primeira qualidade com 90 a 100% de algodão, onde a empresa vendedora deverá apresentar um total de no mínimo 15 padronagens de tecido, variando opções do liso ao estampado e de cores claras a cores escuras, para a escolha do usuário. O tecido deverá ser impermeabilizado com um produto antimancha.
- **Acabamento:** os detalhes da madeira aparente serão distribuídos de maneira que o encosto, os braços, a base e os pés poderão ter detalhes entalhados em no mínimo dois destes elementos. A madeira será tingida, imitando imbuía na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Dimensões** (conforme projeto): - Assento medindo L 55 cm x P 55 cm x 48 cm (de altura pela parte superior do assento). - Encosto médio medindo 95 cm de altura em relação ao piso. - Braços com altura em relação ao assento variando entre 18 e 22 cm.

##### **Observações Gerais:**

- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem manchas de fungos ou furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- A cadeira deverá seguir o projeto em anexo, onde serão admitidas pequenas variações no design e outras tais como: costuras, aplicações de passamanarias, vieses, detalhes em madeira com verniz fosco etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e a harmonia do conjunto.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e as espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.



## SENADO FEDERAL

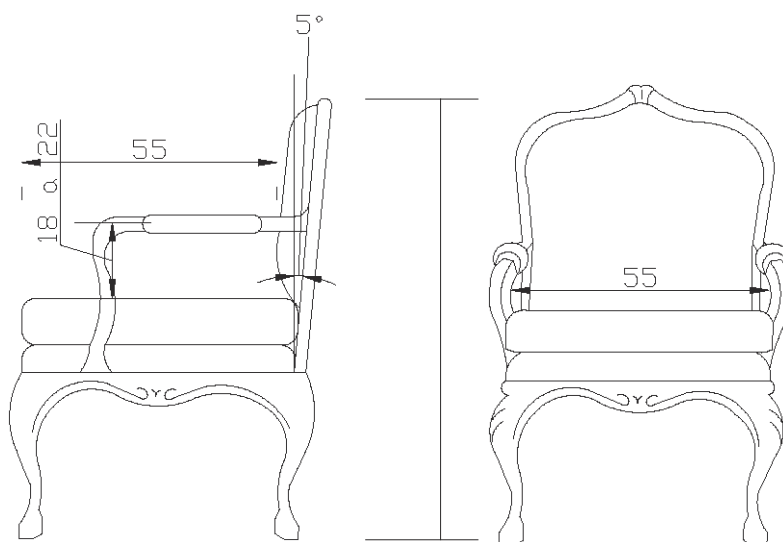
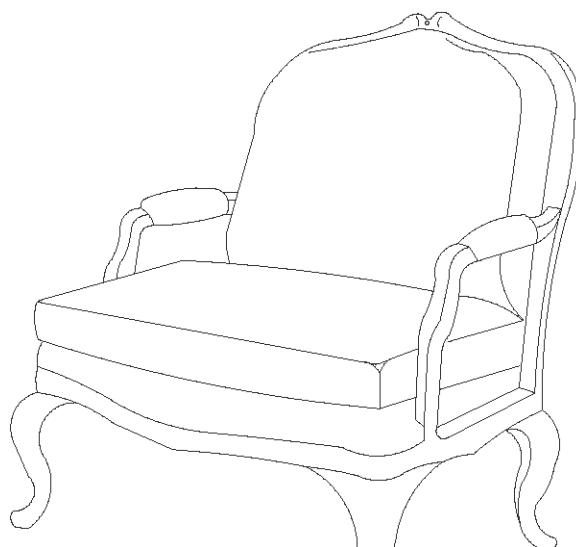
- A empresa deverá utilizar na fabricação do móvel, espuma de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas.



## SENADO FEDERAL

### MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL

#### MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA LATERAL  
FRONTAL

VISTA

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DO SENHOR SENADOR		PROJETO DE MÓVEIS	
MATERIAL: MADEIRA COM TINTIMENTO NA COIR CASTANHEIRA		CADEIRA PARA	CA-C 1
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FINO			
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM		UNIDADE: KM	DESENHOS: BEM



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 4:**

#### **CADEIRA SEM BRAÇOS PARA SALA DE JANTAR (CA-02)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** cadeira tipo "medalhão", sem braços, com estrutura reforçada e totalmente confeccionada em madeira maciça.
- **Pés:** o design dos pés seguirá o estilo Luiz XV. Os pés traseiros deverão ter uma ligeira inclinação em relação ao plano vertical (para trás), visando dar maior estabilidade à cadeira.
- **Assento e encosto:** os assentos deverão possuir uma ligeira inclinação a menos na parte de trás variando entre 3° e 5° (graus) e o encosto será inclinado em relação ao plano horizontal variando entre 95° e 105° (graus).
- **Acolchoamento:** o espaldar e o assento serão acolchoados em espuma indeformável D-26 e D-28, respectivamente.
- **Revestimento:** integralmente revestida com tecido de primeira qualidade com 90 a 100% de algodão, onde a empresa vendedora deverá apresentar um total de no mínimo 15 padronagens de tecido, variando opções do liso ao estampado e de cores claras a cores escuras, para a escolha do usuário. O tecido colocado na cadeira deverá ser impermeabilizado com um produto antimancha.
- **Acabamento:** a madeira será tingida, imitando imbúia, na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Dimensões (conforme projeto):**
  - Assento medindo 56cm x 46 cm x 48cm (de altura pela parte superior do assento).
  - Encosto médio medindo 95cm de altura em relação ao piso.

##### **Observações Gerais:**

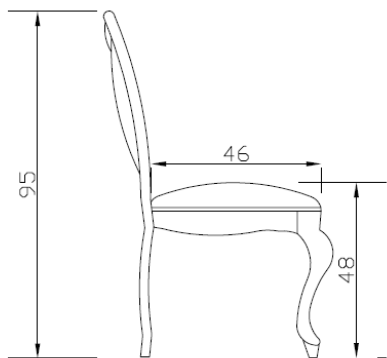
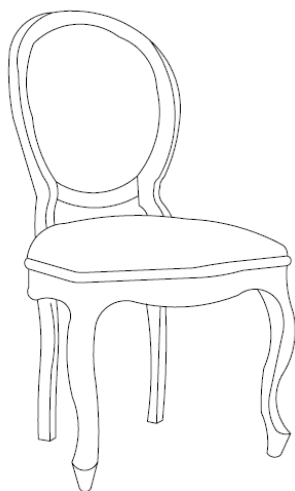
- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- A cadeira deverá seguir o projeto em anexo, onde serão admitidas pequenas variações no design e outras tais como: costuras, aplicações de passamanarias, vieses, detalhes em madeira com verniz fosco etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e a harmonia do conjunto.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas
- Quando a cadeira for adquirida junto com a mesa de jantar MJ-01 esta deverá ter o mesmo padrão de acabamento.
- A empresa deverá utilizar na fabricação do móvel, espuma de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas.



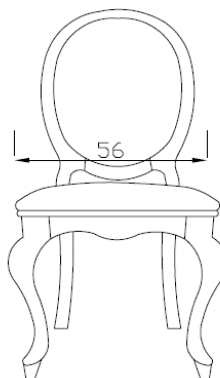
# SENADO FEDERAL

12

## MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA LATERAL



VISTA FRONTAL

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES	PROJETO DE MÓVEIS		
MATERIAL: MADEIRA COM TINGIMENTO NA COR CASTANHO-MÉDIO	CADEIRA SEM BRAÇO PARA SALA DE JANTAR		CA-02
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FOSCO			
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO	UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA	



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 5:**

#### **CADEIRA COM BRAÇOS PARA SALA DE JANTAR (CA-03)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** cadeira tipo "medalhão", com braços, dotada de estrutura reforçada e totalmente confeccionada em madeira maciça.
- **Pés:** o design dos pés seguirá o estilo Luiz XV. Os pés traseiros deverão ter uma ligeira inclinação em relação ao plano vertical (para trás), visando dar maior estabilidade à cadeira.
- **Assento e encosto:** o assento deverá possuir uma ligeira inclinação a menos na parte de trás variando entre 3° e 5° (graus) e o encosto será inclinado em relação ao plano horizontal variando entre 95° e 105° (graus).
- **Braços:** em madeira maciça aparente. Poderão ser acolchoados em sua parte mediana.
- **Acolchoamento:** o espaldar/braços e o assento serão acolchoados em espuma indeformável D-26 e D-28, respectivamente.
- **Revestimento:** integralmente revestida com tecido de primeira qualidade com 90 a 100% de algodão, onde a empresa vendedora deverá apresentar um total de no mínimo 15 padronagens de tecido, variando opções do liso ao estampado e de cores claras a cores escuras, para a escolha do usuário. O tecido colocado na cadeira deverá ser impermeabilizado com um produto antimancha.
- **Acabamento:** a madeira será tingida, imitando imbuía, na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Dimensões (conforme projeto):**
  - Assento medindo 56 cm x 46cm x 48 cm (de altura pela parte superior do assento).
  - Encosto médio medindo 95 cm de altura em relação ao piso.
  - Braços com altura em relação ao assento variando entre 18 e 22 cm.

##### **Observações Gerais:**

- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- A cadeira deverá seguir o projeto em anexo, onde serão admitidas pequenas variações no design e outras tais como: costuras, aplicações de passamanarias, vieses, detalhes em madeira com verniz fosco etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e a harmonia do conjunto.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.
- Quando a cadeira for adquirida junto com a mesa de jantar MJ-01 esta deverá ter o mesmo padrão de acabamento.



## SENADO FEDERAL

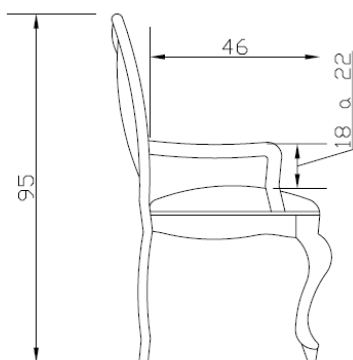
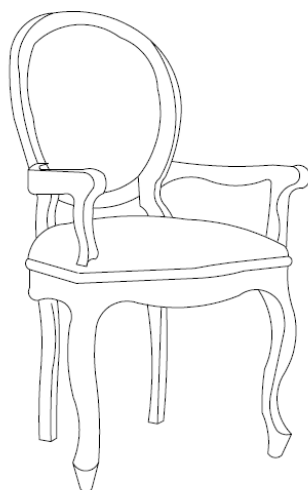
- A empresa deverá utilizar na fabricação do móvel, espuma de poliuretana de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas.



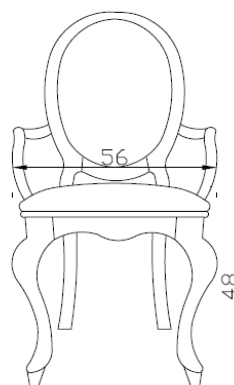
# SENADO FEDERAL

14

## MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA LATERAL



VISTA FRONTAL

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES	PROJETO DE MÓVEIS		
MATERIAL: MADEIRA COM TINGIMENTO NA COR CASTANHO-MÉDIO	CADEIRA COM BRAÇO PARA SALA DE JANTAR		CA-03
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FOSCO			
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO	UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA	



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 6:**

#### **CADEIRA PARA TELEFONE (CT-01)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** totalmente confeccionada em madeira maciça e madeira compensada ou MDF. Em seu lado esquerdo deverá ter um compartimento com porta e fundo, com estrutura em madeira maciça, dotado de um tampo superior emoldurado. A porta será formada por uma estrutura em madeira maciça com painel de compensado ou MDF de no mínimo 4mm de espessura.
- **Pés:** o design dos pés seguirá o estilo Luiz XV.
- **Revestimento:** as madeiras compensadas ou MDF deverão ser totalmente revestidas em laminado de madeira maciça, aplicado em prensa a quente.
- **Acolchoamento do assento:** com espuma indeformável D-28.
- **Revestimento do assento:** com tecido de primeira qualidade com 90 a 100% de algodão, onde a empresa vendedora deverá apresentar um total de no mínimo 15 padronagens de tecido, variando opções do liso ao estampado e de cores claras a cores escuras, para a escolha do usuário. O tecido colocado na cadeira deverá ser impermeabilizado com um produto antimancha.
- **Acabamento:** a madeira será tingida, imitando imbuía na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Puxador e dobradiças:** o puxador da porta será metálico e saliente. A porta deverá ter 2 (duas) dobradiças metálicas com mola.
- **Dimensões (conforme projeto):** C 85 cm x P 45 cm x A 70 cm (altura por cima do tampo superior) e 48 cm (por cima do assento).

##### **Observações Gerais:**

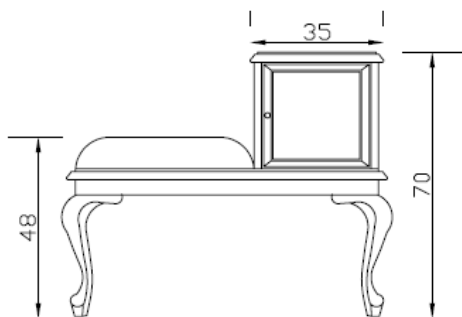
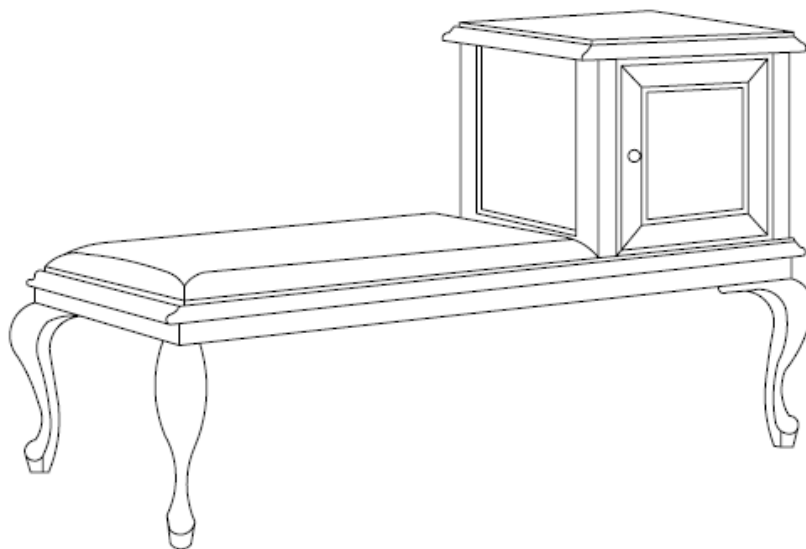
- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem manchas de fungos ou furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- A cadeira deverá seguir o projeto em anexo, onde serão admitidas pequenas variações no design e outras tais como: costuras, aplicações de passamanarias, vieses, detalhes em madeira com verniz fosco etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e a harmonia do conjunto.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e as espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.
- A empresa deverá utilizar na fabricação do móvel espuma de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas.



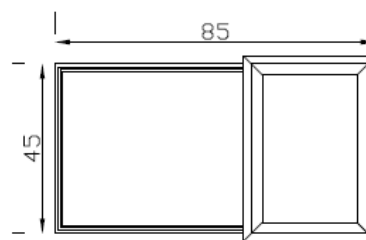
## SENADO FEDERAL

### MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL

#### MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA FRONTAL



VISTA SUPERIOR

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES		PROJETO DE MÓVEIS	
MATERIAL: MADEIRA COM TINGIMENTO NA COR CASTANHO MÉDIO		CADEIRA PARA TELEFONE	 CT-01
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FOSCO			
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO		UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 7:**

#### **POLTRONA COM BANQUETA (PUFE) - PL-01**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** poltrona com braços, estruturada em madeira maciça, com uma banquetta (pufe) como acessório.
- **Pés:** terá 4 (quatro) pés em madeira maciça seguindo o estilo Luiz XV. Os pés traseiros deverão ter uma ligeira inclinação em relação ao plano vertical (para trás), visando dar maior estabilidade à cadeira.
- **Assento e encosto:** o assento deverá possuir uma ligeira inclinação a menos na parte de trás variando entre 3° e 5° (graus) e o encosto será inclinado em relação ao plano horizontal variando entre 95° e 105° (graus).
- **Braços:** integralmente acolchoados e com altura inferior ao espaldar.
- **Acolchoamento:** integralmente em espuma indeformável, sendo que o encosto/braços e o assento serão acolchoados em espuma D-26 e D-28, respectivamente. O acolchoamento de assento será feito por uma almofada solta, com no mínimo 10 cm de espessura, recoberta por uma camada de acrílico a fim de evitar a deformação dos tecidos e dotada de dispositivo de retirada do tecido, do tipo "zíper", para a lavagem do mesmo.
- **Revestimento:** integralmente revestida com tecido de primeira qualidade com 90 a 100% de algodão, onde a empresa vendedora deverá apresentar um total de no mínimo 15 padronagens de tecido, variando opções do liso ao estampado e de cores claras a cores escuras, para a escolha do usuário. O tecido deverá ser impermeabilizado com um produto antimancha.
- **Acabamento:** a madeira aparente será tingida, imitando imbuía, na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Dimensões (conforme projeto):**
  - Medidas mínimas do assento: L 55 cm x P 55 cm.
  - Altura do espaldar em relação ao piso será de 90 cm.
  - Altura do assento em relação ao piso terá 48 cm (medida tomada por cima da almofada).
  - Braços com altura em relação ao assento variando entre 18 e 22 cm.
- **Acessório:** a poltrona deverá ser acompanhada por uma banquetta (pufe) com 4 (quatro) pés e acolchoamento, detalhes e tecido seguindo o mesmo acabamento e design, conforme projeto.

##### **Observações Gerais:**

- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem manchas de fungos ou furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- A poltrona e o pufe deverão seguir o projeto em anexo, onde serão admitidas pequenas variações no design e outras como: costuras, aplicações de passamanarias, vieses, detalhes em madeira com verniz fosco etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não



## SENADO FEDERAL

comprometam a sua funcionalidade e harmonia.

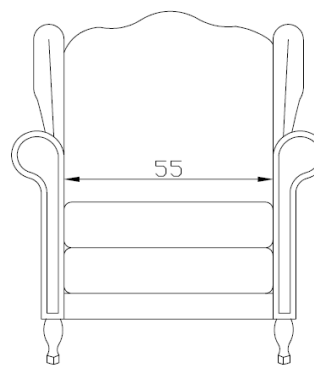
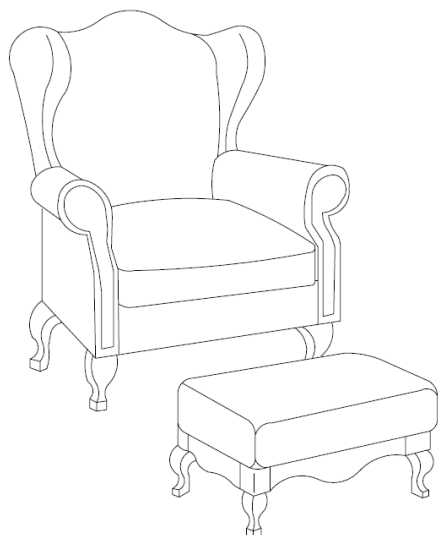
- A qualidade e as espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.
- A empresa deverá utilizar na fabricação do móvel espuma de poliuretana de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas.



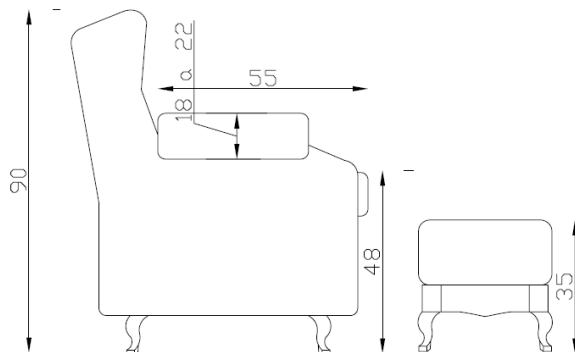
## SENADO FEDERAL

### MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL

#### MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



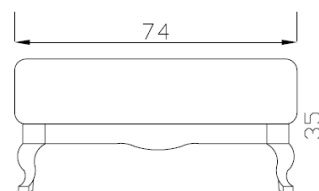
VISTA FRONTAL



VISTA LATERAL



VISTA SUPERIOR



VISTA FRONTAL

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES		PROJETO DE MÓVEIS	
MATERIAL: MADEIRA MACIÇA. PÉS TINGIDOS NA COR CASTANHO-MÉDIO	POLTRONA C/ BANQUETA		 PL-01
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FOSCO	UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA	
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO			



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 8:**

#### **SOFÁ DE 2 LUGARES (SF-01)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** dotado de braços, com estrutura em madeira maciça. Os cantos e uniões da estrutura devem ser com blocos em madeira de forma triangular, fixados e colados para possibilitar maior firmeza ao conjunto. O suporte para os assentos se dará através de molas internas dispostas em sentido transversal à estrutura, de maneira uniforme. A estrutura deverá ser desmontada o máximo possível com o objetivo de passar por portas com vãos de 210 cm x 80 cm de largura.
- **Pés:** terá 4 (quatro) pés em madeira maciça, revestida com tecido no mesmo padrão do sofá.
- **Assento e encosto:** o assento deverá possuir uma ligeira inclinação a menos na parte de trás variando entre 3° e 5° (graus) e o encosto será inclinado em relação ao plano horizontal variando entre 95° e 105° (graus).
- **Braços:** com altura inferior ao encosto e totalmente acolchoados.
- **Acolchoamento:** integralmente em espuma indeformável com no mínimo 5 cm de espessura, sendo que o acolchoamento do assento e do encosto será feito com almofadas soltas, em espuma D-28 e D-33, respectivamente, com no mínimo 18 cm de espessura, recoberta por uma camada de acrílico, a fim de evitar a deformação dos tecidos. As almofadas deverão apresentar dispositivo de abertura, do tipo “zíper”, colocado em local discreto, para possibilitar a lavagem do tecido das mesmas.
- **Revestimento:** integralmente revestido com tecido de primeira qualidade com 90 a 100% de algodão, e a empresa vendedora deverá apresentar um total de no mínimo 15 padronagens de tecido, variando opções do liso ao estampado e de cores claras a cores escuras. O tecido deverá ser impermeabilizado com um produto antimancha.
- **Dimensões (conforme projeto):**
  - Mínimas externas: 165 cm de comprimento x 90 cm de profundidade x 85 cm de altura (do encosto).
  - Mínimas do assento: L 56 cm x P 56 cm.
  - Altura do assento em relação ao piso: de 48 cm (tomada por cima das almofadas).
  - Altura dos braços em relação ao assento: entre 18 e 22 cm.
  - Largura mínima dos braços acolchoados: 26 cm.

##### **Observações Gerais:**

- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- O sofá deverá seguir o projeto em anexo onde serão admitidas pequenas variações no design e outras tais como: costuras, aplicações de passamanarias, vieses, detalhes em madeira em verniz fosco etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e a harmonia do conjunto.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.



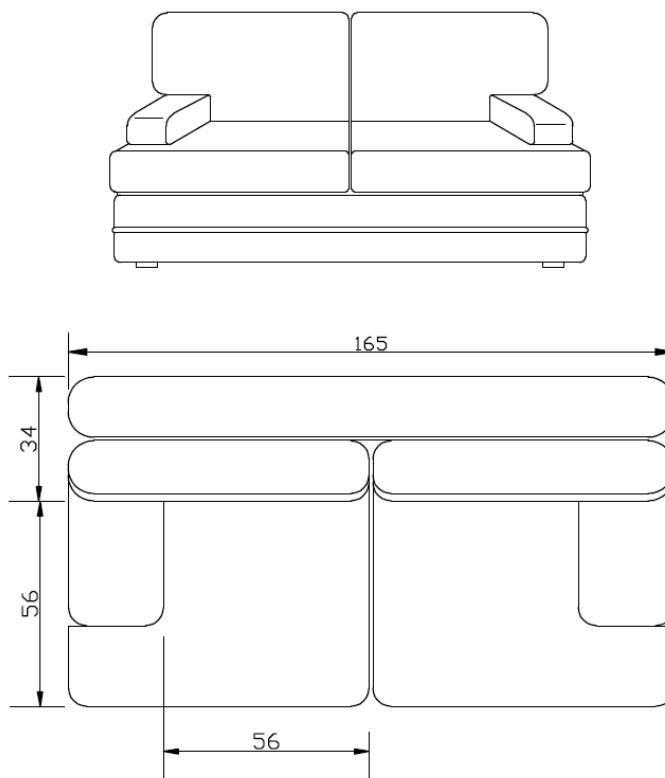
## SENADO FEDERAL

- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A empresa deverá utilizar na fabricação do móvel, espuma de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas.

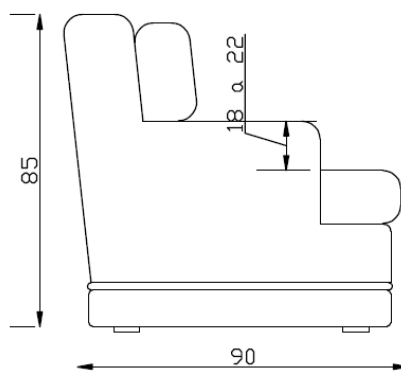


SENADO FEDERAL

**MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL**  
**MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL**



**VISTA SUPERIOR**



**VISTA LATERAL**

<b>COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL</b>			
<b>USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES</b>	<b>PROJETO DE MÓVEIS</b>		
<b>MATERIAL: MADEIRA MADIBA</b>	<b>SOFÁ 2 LUGARES</b>		
<b>REVESTIMENTO: TÊXIDO</b>		<b>SF-01</b>	
<b>AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO</b>	<small>UNIDADES EM CENTÍMETROS</small>	<small>DESENHOS SEM ESCALA</small>	



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 9:**

#### **SOFÁ DE 3 LUGARES (SF-02)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** dotado de braços, com estrutura em madeira maciça. Os cantos e uniões da estrutura devem ser com blocos em madeira de forma triangular, fixados e colados para possibilitar maior firmeza ao conjunto. O suporte para os assentos se dará através de molas internas dispostas em sentido transversal à estrutura, de maneira uniforme. A estrutura deverá ser desmontada o máximo possível com o objetivo de passar por portas com vãos de 210 cm x 80 cm de largura.
- **Pés:** terá 6 (seis) pés em madeira maciça, revestida com tecido no mesmo padrão do sofá.
- **Assento e encosto:** o assento deverá possuir uma ligeira inclinação a menos na parte de trás variando entre 3° e 5° (graus) e o encosto será inclinado em relação ao plano horizontal variando entre 95° e 105° (graus).
- **Braços:** com altura inferior ao encosto e totalmente acolchoados.
- **Acolchoamento:** integralmente em espuma indeformável com no mínimo 5 cm de espessura, sendo que o acolchoamento do assento e do encosto será feito com almofadas soltas, em espuma D-28 e D-33, respectivamente, com no mínimo 18 cm de espessura, recoberta por uma camada de acrílico, a fim de evitar a deformação dos tecidos. As almofadas deverão apresentar dispositivo de abertura, do tipo “zíper”, colocado em local discreto, para possibilitar a lavagem do tecido das mesmas.
- **Revestimento:** integralmente revestido com tecido de primeira qualidade com 90 a 100% de algodão, e a empresa vendedora deverá apresentar um total de no mínimo 15 padronagens de tecido, variando opções do liso ao estampado e de cores claras a cores escuras. O tecido deverá ser impermeabilizado com um produto antimancha.
- **Dimensões (conforme projeto):**
  - Mínimas externas: 220 cm de comprimento x 90 cm de profundidade x 85 cm de altura (do encosto).
  - Mínimas do assento: L 56 cm x P 56 cm.
  - Altura do assento em relação ao piso: de 48 cm (tomada por cima das almofadas).
  - Altura dos braços em relação ao assento: entre 18 e 22 cm.
  - Largura mínima dos braços acolchoados: 26 cm.

##### **Observações Gerais:**

- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- O sofá deverá seguir o projeto em anexo onde serão admitidas pequenas variações no design e outras tais como: costuras, aplicações de passamanarias, vieses, detalhes em madeira em verniz fosco etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e a harmonia do conjunto.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.



## SENADO FEDERAL

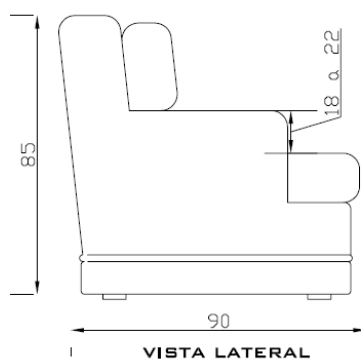
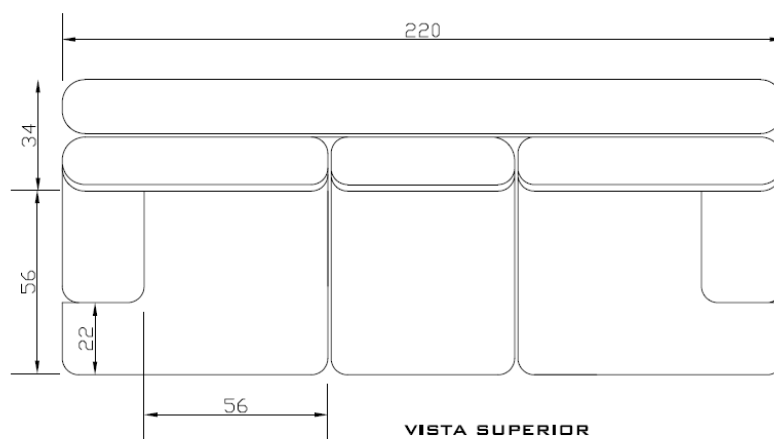
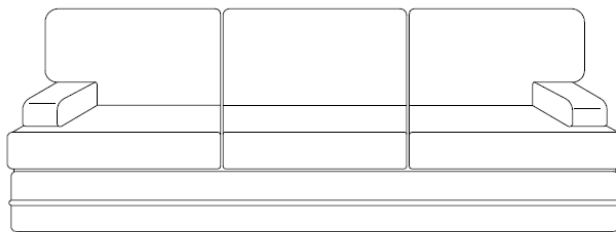
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A empresa deverá utilizar na fabricação do móvel, espuma de poliuretana de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas.



# SENADO FEDERAL

24

## MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES	PROJETO DE MÓVEIS		
MATERIAL: MADEIRA MACIÇA	SOFÁ 3 LUGARES		
REVESTIMENTO: TECIDO	UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA	SF-02
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO			



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 10:**

#### **SOFÁ DE 4 LUGARES (SF-03)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** dotado de braços, com estrutura em madeira maciça. Os cantos e uniões da estrutura devem ser com blocos em madeira de forma triangular, fixados e colados para possibilitar maior firmeza ao conjunto. O suporte para os assentos se dará através de molas internas dispostas em sentido transversal à estrutura, de maneira uniforme. A estrutura deverá ser desmontada o máximo possível com o objetivo de passar por portas com vãos de 210 cm x 80 cm de largura.
- **Pés:** terá 6 (seis) pés em madeira maciça, revestida com tecido no mesmo padrão do sofá.
- **Assento e encosto:** o assento deverá possuir uma ligeira inclinação a menos na parte de trás variando entre 3° e 5° (graus) e o encosto será inclinado em relação ao plano horizontal variando entre 95° e 105° (graus).
- **Braços:** com altura inferior ao encosto e totalmente acolchoados.
- **Acolchoamento:** integralmente em espuma indeformável com no mínimo 5 cm de espessura, sendo que o acolchoamento do assento e do encosto será feito com almofadas soltas, em espuma D-28 e D-33, respectivamente, com no mínimo 18 cm de espessura, recoberta por uma camada de acrílico, a fim de evitar a deformação dos tecidos. As almofadas deverão apresentar dispositivo de abertura, do tipo “zíper”, colocado em local discreto, para possibilitar a lavagem do tecido das mesmas.
- **Revestimento:** integralmente revestido com tecido de primeira qualidade com 90 a 100% de algodão, e a empresa vendedora deverá apresentar um total de no mínimo 15 padronagens de tecido, variando opções do liso ao estampado e de cores claras a cores escuras. O tecido deverá ser impermeabilizado com um produto antimancha.
- **Dimensões (conforme projeto):**
  - Mínimas externas: 275 cm de comprimento x 90 cm de profundidade x 85 cm de altura (do encosto).
  - Mínimas do assento: L 56 cm x P 56 cm.
  - Altura do assento em relação ao piso: de 48 cm (tomada por cima das almofadas).
  - Altura dos braços em relação ao assento: entre 18 e 22 cm.
  - Largura mínima dos braços acolchoados: 26 cm.

##### **Observações Gerais:**

- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material
- O sofá deverá seguir o projeto em anexo onde serão admitidas pequenas variações no design e outras tais como: costuras, aplicações de passamanarias, vieses, detalhes em madeira em verniz fosco etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e a harmonia do conjunto.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.



## SENADO FEDERAL

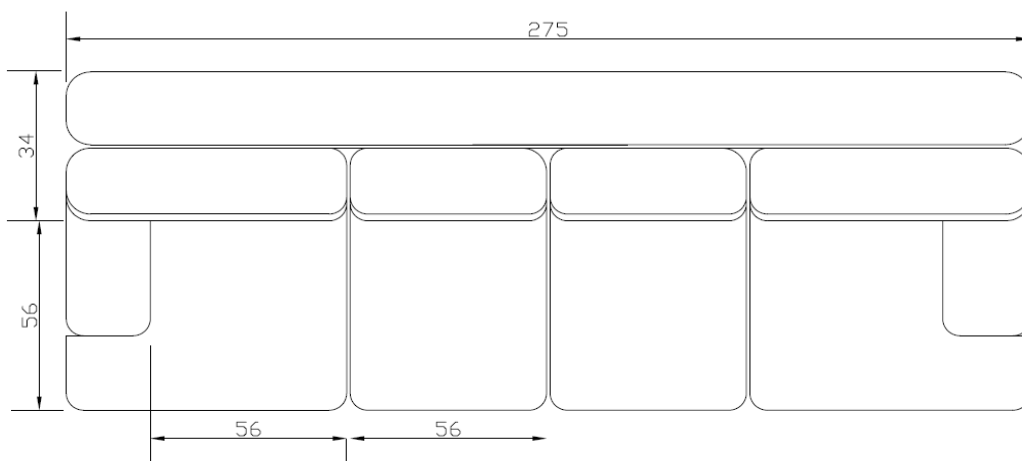
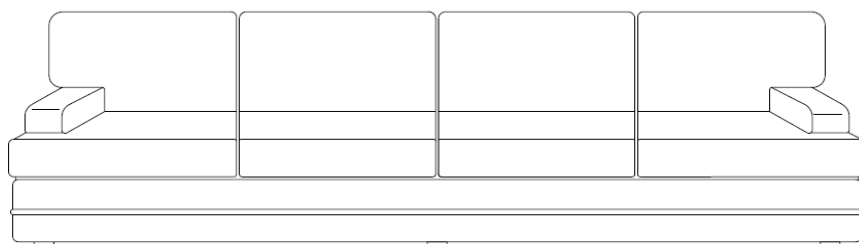
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A empresa deverá utilizar na fabricação do móvel, espuma de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas.



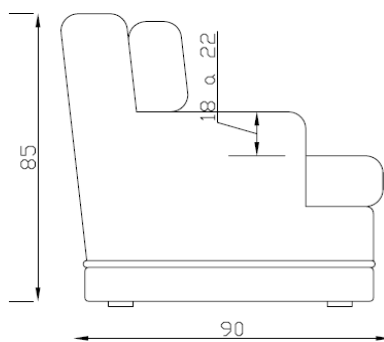
# SENADO FEDERAL

26

## MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA SUPERIOR



VISTA LATERAL

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES		PROJETO DE MÓVEIS	
MATERIAL: MADEIRA MACIÇA		SOFÁ 4 LUGARES	
REVESTIMENTO: TECIDO		SF-03	
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO		UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 11:**

#### **MESA DE CABECEIRA (CD-02)**

#### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** em madeira maciça e madeira compensada ou MDF de no mínimo 15mm de espessura. O tampo superior será caracterizado por uma estrutura em madeira maciça de seção retangular, unindo-se nos cantos por meias-esquadrias, com bordas emolduradas no estilo "bico de pato" e com um painel central em madeira compensada ou MDF revestida. Os pés serão em número de 4 (quatro) seguindo o estilo Luiz XV. A base deverá possuir uma estrutura imitando o formato do tampo.
- **Gavetas:** serão em número de 3 (três), sendo totalmente confeccionadas em madeira maciça, com fundo em compensado ou MDF de 4mm revestido de madeira maciça.
- **Revestimento:** as madeiras compensadas ou MDF deverão ser totalmente revestidas em laminado de madeira maciça, aplicado em prensa a quente, sendo que o laminado da parte superior do tampo, frente das gavetas e painéis laterais formará um desenho onde as "veias" das madeiras serão dispostas inclinadas em 45° em relação às bordas do tampo, frente das gavetas e laterais, encontrando-se em seu centro geométrico, de maneira simétrica em relação aos planos de corte longitudinal e transversal.
- **Acabamento:** a madeira será tingida, imitando imbuía na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Puxadores:** cada gaveta deverá ter um puxador metálico e saliente.
- **Dimensões (conforme projeto):** L 50cm x P 45cm x A 55cm.

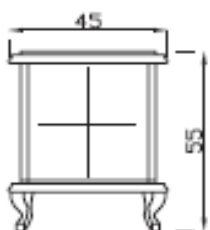
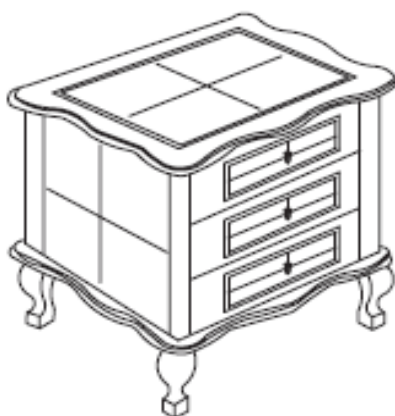
#### **Observações Gerais:**

- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material
- A mesa deverá seguir o projeto em anexo onde serão admitidas pequenas variações no design e outras tais como: detalhes na madeira, apliques etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.

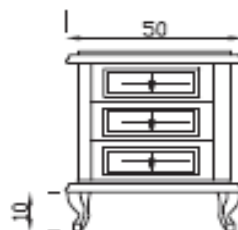


# SENADO FEDERAL

**MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL**  
**MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL**



**VISTA LATERAL**



**VISTA FRONTAL**

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES		PROJETO DE MÓVEIS	
MATERIAL: MADEIRA COM TINTIMENTO NA COR CASTANHO/MÉDIO		MESA DE CABECEIRA	
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FOSCO		UNIDADES EM SENTIMETRO	DESENHO SEM ESCALA
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO			



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 12:**

#### **MESA PARA COPA COM 4 CADEIRAS (CP-01)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura da mesa:** redonda, caracterizada por uma estrutura metálica central de formato quadrado com travamentos longitudinais em forma de "X". O material da mesa será em tubos de 7/8" ou ferro quadrado maciço de 1/2". O tampo da mesa deverá ser em vidro liso transparente de bordas lapidadas com no mínimo 10mm de espessura.
- **Estrutura das cadeiras:** deverão ser fornecidas 4 (quatro) cadeiras confeccionadas igualmente em estrutura metálica. Serão construídas com tubos de no mínimo 7/8" de diâmetro, seguindo o projeto anexo. Os assentos deverão possuir uma ligeira inclinação a menos na parte de trás variando entre 3° e 5° (graus) e o encosto será inclinado em relação ao plano horizontal variando entre 95° e 105° (graus). O encosto será formado por uma chapa dobrada anatomicamente, conforme projeto anexo.
- **Assentos:** serão acolchoados por uma almofada removível, em espuma indeformável com espessura variando entre 30mm e 40mm. A almofada deverá apresentar dispositivo de abertura, do tipo "zíper", colocado em local discreto, para possibilitar a lavagem do tecido da mesma.
- **Revestimento:** a almofada do assento será revestida com tecido emborrachado de primeira qualidade, onde a empresa vendedora deverá apresentar um total de no mínimo 10 padronagens de tecido, com opções do liso ao estampado e de cores claras a cores escuras, para a escolha do usuário. O tecido deverá ser impermeabilizado com um produto antimancha.
- **Acabamento:** a pintura da mesa e das cadeiras será em pátina - cor a escolher.
- **Dimensões: (conforme projeto):**
  - Mesa: diâmetro 120 cm x altura do piso 75 cm.
  - Cadeiras: assento L 44 cm x P 44 cm x A 45 cm (por cima do assento). A altura do espaldar será de 82 cm.

##### **Observações Gerais:**

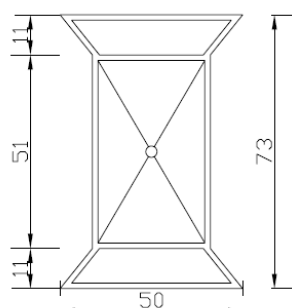
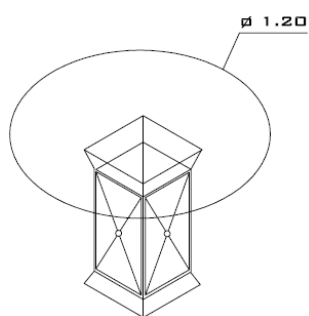
- A cadeira e mesa deverão seguir o projeto em anexo, onde serão admitidas pequenas variações no design e outras como: costuras, vieses, apliques etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam a sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis desde que não comprometam sua funcionalidade.
- Todas as peças de aço receberão, antes da pintura, tratamento de fosfatização por imersão de primeira qualidade ou tratamento nanotecnológico à base de titânio ou zircônio. Deverão ser utilizadas soldas com acabamento sem falhas ou bolhas.
- Qualquer material construtivo não poderá apresentar rebarbas e deverá ter cor e textura uniforme.
- A empresa deverá utilizar na fabricação do móvel, espuma de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas.



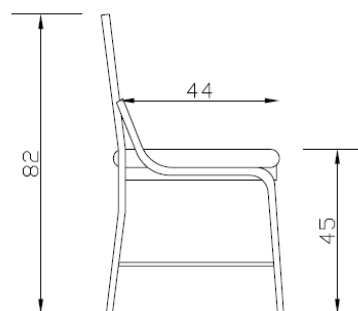
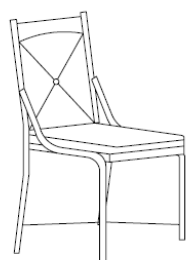
# SENADO FEDERAL

36


## MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA FRONTAL DA BASE



VISTA LATERAL

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES	PROJETO DE MÓVEIS		
MATERIAL: FERRO FORJADO	MESA PARA COPA COM 4 CADEIRAS		 CP-01
ACABAMENTO: PÁTINA DE FERRO	UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA	
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO			



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 13:**

#### **MESA DE CENTRO (MC-02)**

#### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** totalmente estruturada em madeira maciça, caracterizada por dois tampos e quatro pés no estilo Luiz XV fixados ao tampo superior e ao tampo inferior. O tampo inferior será caracterizado por uma estrutura retangular com um vidro de 6mm de espessura incolor, transparente e encaixado. As peças que compoem o tampo superior deverão ter seção mínima de 8 x 3 cm e serem unidas por meias-esquadrias onde deverão permitir o encaixe de um vidro, madeira ou mármore, alinhados pela parte de cima do tampo.
- **Tampo:** o tampo superior deverá ser fornecido em três opções:
- **Opção 1** - tampo em mármore do tipo bege-bahia com 20mm de espessura.
- **Opção 2** - tampo em vidro incolor e transparente com 8 mm de espessura.
- **Opção 3** - tampo de madeira compensada ou MDF de no mínimo 18mm de espessura revestida em rádica, em prensa a quente, e dotada de desenhos unindo-se de forma simétrica no centro da mesa.
- **Acabamento:** a madeira será tingida, imitando imbúia, na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Dimensões (conforme projeto):** C 125 cm x P 90cm x A 35 cm (de altura por cima do tampo).

#### **Observações Gerais:**

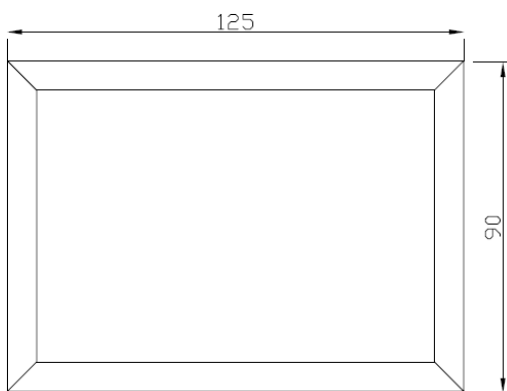
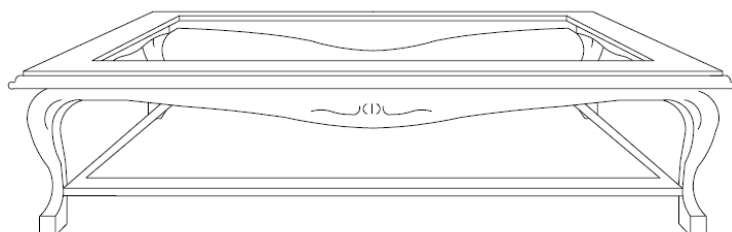
- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- A mesa deverá seguir o projeto em anexo onde serão admitidas pequenas variações no design e outras como: detalhes na madeira, apliques etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.



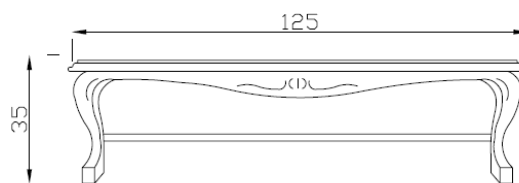
# SENADO FEDERAL

42

## MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA SUPERIOR



VISTA FRONTAL

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES	PROJETO DE MÓVEIS		
MATERIAL: MADEIRA COM TINGIMENTO NA COR CASTANHO-MÉDIO	MESA DE CENTRO		MC-02
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ Fosco	UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA	
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO			

53



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 14:**

#### **MESA DE JANTAR (MJ-01)**

##### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** caracterizada por um tampo de vidro de no mínimo 15mm de espessura, com bordas lapidadas e cortadas em bisel, cantos arredondados, sustentado por duas bases num misto de madeira e mármore bege-bahia.

A estrutura das bases será integralmente em madeira maciça, com molduras em suas partes superior e inferior, aumentando assim sua seção transversal com objetivo de melhorar a estabilidade da mesa.

- **Acabamento:** a madeira será tingida, imitando imbuía, na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.

- **Dimensões (conforme projeto):** C 260 cm x L 110 cm x A 74 cm (em relação ao piso).

##### **Observações Gerais:**

- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.

- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.

- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.

- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.

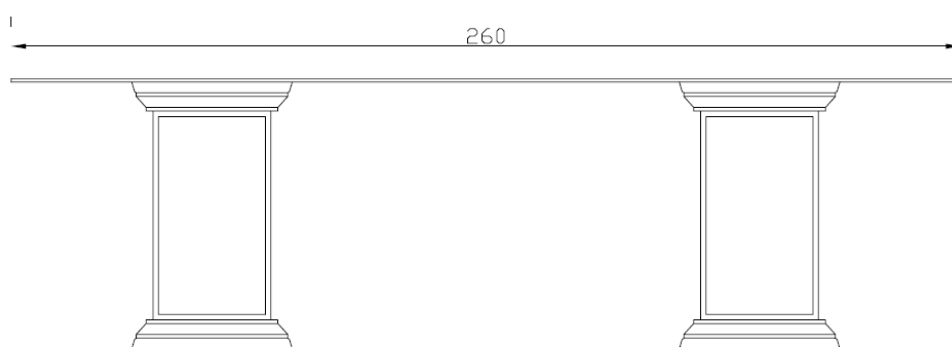
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.



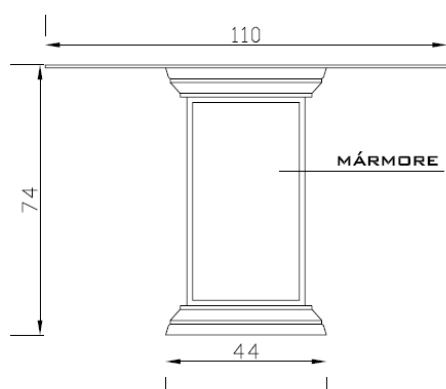
# SENADO FEDERAL

44

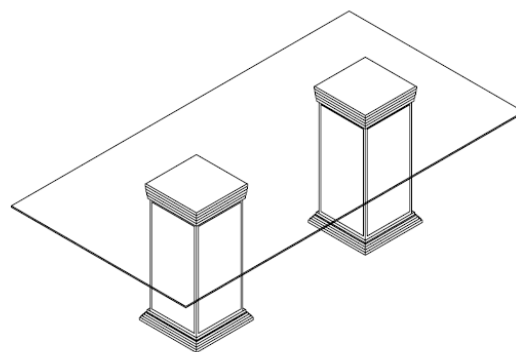
## MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA FRONTAL



VISTA LATERAL



COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES	PROJETO DE MÓVEIS		
MATERIAL: MADEIRA COM TINGIMENTO NA COR CASTANHO-MÉDIO	MESA DE JANTAR		MJ-01
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FOSCO	UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA	
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO			



## SENADO FEDERAL

### **ITEM - 15:**

#### **MESA LATERAL (ML-02)**

#### **Especificações Mínimas Obrigatórias:**

- **Estrutura:** totalmente estruturada em madeira maciça, caracterizada por dois tampos e quatro pés no estilo Luiz XV fixados ao tampo superior e ao tampo inferior. O tampo inferior será caracterizado por uma estrutura retangular com um vidro de 6mm de espessura incolor, transparente e encaixado. As peças que comporão o tampo superior deverão ter seção mínima de 8 x 3 cm e ser unidas por meias-esquadrias onde deverão permitir o encaixe de um vidro, madeira ou mármore, alinhados pela parte de cima do tampo.
- **Tampo:** o tampo superior deverá ser fornecido em três opções:
- **Opção 1** - tampo em mármore do tipo bege-bahia com 20mm de espessura.
- **Opção 2** - tampo em vidro incolor e transparente com 8 mm de espessura.
- **Opção 3** - tampo de madeira compensada ou MDF de no mínimo 18mm de espessura revestida em rádica, em prensa a quente, e dotada de desenhos unindo-se de forma simétrica no centro da mesa.
- **Acabamento:** a madeira será tingida, imitando imbúia, na cor castanho-médio, recoberta por uma camada de resina de poliéster e outra de verniz fosco.
- **Dimensões (conforme projeto):** C 55 cm x P 55cm x A 50 cm (de altura por cima do tampo).

#### **Observações Gerais:**

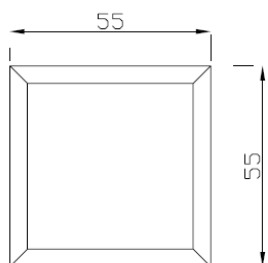
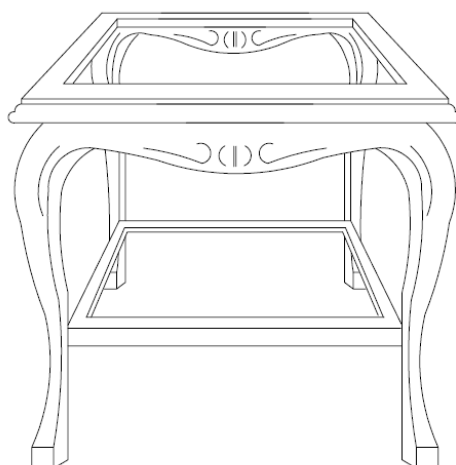
- A madeira maciça deverá ter densidade seca (de 12 a 15% de umidade) igual ou superior a 550 kg/m<sup>3</sup>.
- A madeira deve estar seca e sem indícios de umidade, fungos, furos de insetos, e nem cheiros indicativos dessas e outras deteriorações que afetem o valor, utilidade, resistência e estética do material.
- A mesa deverá seguir o projeto em anexo onde serão admitidas pequenas variações no design e outras como: detalhes na madeira, apliques etc., desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- As medidas constantes no projeto poderão ter uma variação de 5% a mais ou a menos desde que não comprometam sua funcionalidade e harmonia.
- A qualidade e espessuras dos materiais deverão ser dimensionadas com o objetivo de dar maior robustez e durabilidade aos móveis, desde que não comprometam sua funcionalidade.
- O acabamento em resina de poliéster deverá cobrir totalmente os "poros" da madeira e o verniz fosco deverá ter textura uniforme e livre de impurezas.



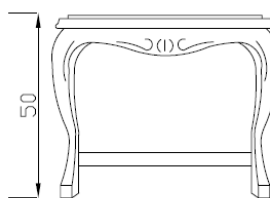
## SENADO FEDERAL

48

### MANUAL DE MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL MÓDULO II - MOBILIÁRIO RESIDENCIAL



VISTA SUPERIOR



VISTA FRONTAL

COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO DO SENADO FEDERAL			
USUÁRIO: RESIDÊNCIA DOS SENHORES SENADORES	PROJETO DE MÓVEIS		
MATERIAL: MADEIRA COM TINGIMENTO NA COR CASTANHO-MÉDIO	MESA LATERAL		ML-02
ACABAMENTO: RESINA DE POLIÉSTER E VERNIZ FOSCO	UNIDADES EM CENTÍMETROS	DESENHOS SEM ESCALA	
AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREPONDERAM O DESENHO			

57



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026**

**CONTRATAÇÃO 20001 – 152/2026**

**(Processo nº 00200.000032/2026-04)**

**ANEXO 3**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, \_\_\_\_\_, objetivando o **fornecimento de mobiliário residencial, para uso nas residências oficiais dos Senadores e na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília - DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, telefone nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, CNPJ-MF nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, CI. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_/20\_\_, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº \_\_\_\_\_ do Processo nº 00200.000032/2026-04, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº \_\_\_\_\_, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, e nº 15, de 2022, e das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto o **fornecimento de mobiliário residencial, para uso nas residências oficiais dos Senadores e na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



SENADO FEDERAL

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo se houver autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO QUARTO** - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O prazo de instrução referido no Parágrafo Sexto desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o



## SENADO FEDERAL

compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

### CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA fornecerá o objeto deste contrato, em uma única parcela, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A ordem de fornecimento deverá ser recebida pela CONTRATADA diretamente do gestor da avença, a qual indicará detalhadamente o quantitativo e os tipos dos produtos, o local, a data e o horário em que deverá ser realizada a entrega.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os produtos deverão ser entregues na Coordenação de Administração de Residências Oficiais – COARO, situada na SQS 309, Bloco G, Entradas 1 e 2, Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70.362-070; ou em qualquer outra localidade, nas dependências do Senado Federal, a ser indicada pelo gestor, em dias úteis, das 8h às 11h30 e das 14h às 16h30.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A CONTRATADA fornecerá os produtos conforme as marcas e especificações discriminadas em sua proposta.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os produtos serão fornecidos em embalagens lacradas e sem apresentar sinais de violação, contendo a discriminação do produto, identificação do fabricante, endereço e demais informações pertinentes.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O prazo de garantia do produto deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Efetivada a entrega, o objeto será recebido:



## SENADO FEDERAL

**I – Provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

**II – Definitivamente**, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

**I** – se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito;

**II** – se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO NONO** - Caberá à CONTRATADA o recolhimento de materiais por ela fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação do gestor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 80, §2º, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

**I** - Para os fins previstos neste item, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº \_\_\_\_\_, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.



SENADO FEDERAL

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor total do presente instrumento é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, condicionado ao termo de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no Parágrafo Sexto da Cláusula Quarta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Segundo desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I = i / 365    I = 6 / 100 / 365    I = 0,00016438**

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.



SENADO FEDERAL

## CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Após decorridos 12 (doze) meses de celebração deste contrato o preço poderá ser reajustado, desde que a extensão da vigência não seja atribuível exclusivamente à CONTRATADA, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

**I** – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

**II** – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no Inciso I deste Parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

## CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 167456 e Natureza de Despesa 449052, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

## CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará por mensagem eletrônica, por meio dos e-mails institucionais: [jarbas.cruz@senado.leg.br](mailto:jarbas.cruz@senado.leg.br) e [valdirpv@senado.leg.br](mailto:valdirpv@senado.leg.br).

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:



## SENADO FEDERAL

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – impedimento de licitar e contratar; e
- IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;
- III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV** - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

- I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:



## SENADO FEDERAL

**I** - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

**II** – determinar a rescisão unilateral do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

**I** - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

**II** - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

**III** - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

**PARÁGRAFO SEXTO** – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

**I** - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

**I** – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

**PARÁGRAFO NONO** – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Primeiro e sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Nono, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** – as peculiaridades do caso concreto;
- III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** – os danos que dela provierem para o Senado Federal;
- V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- VI** – a não reincidência da infração;
- VII** – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Primeiro.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensual, por acordo entre as partes ; ou
- III** – determinada por decisão judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.



SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro, observando-se a possibilidade de prorrogação automática prevista no art. 111 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

**DIRETORA-GERAL**

**SENADO FEDERAL**

**Representante da Contratada**

**RG n.º** \_\_\_\_\_

**CPF n.º** \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHAS:**

**DIRETOR**

**DIRETOR**



SENADO FEDERAL

**COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026**

**CONTRATAÇÃO 20001 – 152/2026**

**(Processo nº 00200.000032/2026-04)**

**ANEXO 4**

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ / ____</b>						
<b>Data de abertura:</b>						
<b>Nome da empresa:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>Endereço:</b>						
<b>CEP:</b>						
<b>Telefone: (DDD)</b>						
<b>E-mail:</b>						
<b>Dados Bancários:</b>						
<b>Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)</b>						
<b>CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)</b>						
<b>RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)</b>						
<b>Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)</b>						
<b>Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? ( ) Sim ( ) Não</b>						
ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL</b>						R\$

**Instruções de preenchimento:**

A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.